

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

Vol. I

CURSO de **DIREITO**
PROCESSUAL
CIVIL

64^a
edição

revista,
atualizada
e ampliada

- Teoria Geral do Direito Processual Civil
- Processo de Conhecimento
- Procedimento Comum



■ O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 14.10.2022

■ O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

■ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2023 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

■ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

1ª edição – 1985

64ª edição – 2023

■ Capa: Danilo Oliveira

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

T355c

Theodoro Júnior, Humberto

Curso de direito processual civil, volume I / Humberto Theodoro Júnior. – 64. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2023.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5964-656-2

1. Direito processual civil – Brasil. I. Título. II. Série.

22-80565

CDU: 347.9(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439



Índice da Matéria

TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Parte I – Noções Fundamentais

CAPÍTULO I – CONCEITO, HISTÓRIA E FONTES DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

§ 1º Direito Processual Civil	3
1. Noções gerais	3
2. Definição	4
3. Natureza	4
4. Relações com outros ramos do Direito	4
5. Objetivo	6
6. Novos rumos do direito processual civil.....	7
7. Universalidade dos problemas do processo moderno	8
§ 2º História do Direito Processual Civil.....	10
8. Origens	10
9. Evolução: mundo clássico. Grécia.....	10
10. O processo civil romano	11
11. Processo comum	12
12. O processo civil moderno (fase científica)	13
13. Esquema histórico-evolutivo do processo civil do século XIX ao século XXI	14
14. Direito processual civil brasileiro	15
15. Regulamento nº 737.....	15
16. Códigos estaduais.....	16
17. Códigos unitários.....	16
18. O Código de 1973	17
19. As reformas do Código de 1973 e a evolução do direito processual civil.....	17
20. A constante busca da efetividade da tutela jurisdicional	18
21. O Código de Processo Civil de 2015	20
I – Principais inovações do CPC/2015	22
II – Visão geral do CPC/2015	23
§ 3º Fontes do Direito Processual Civil.....	25
22. Noções gerais	25

23.	Lei processual	26
24.	A Constituição e os tratados.....	27
25.	Doutrina e jurisprudência	28
25-A.	O direito jurisprudencial.....	30
26.	A lei processual no tempo.....	32
27.	A lei processual no espaço	33
28.	Interpretação das leis processuais	33

CAPÍTULO II – PRINCÍPIOS E NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

§ 4º Princípios Informativos do Direito Processual	36	
29.	Noções gerais: princípios universais.....	36
30.	Princípios informativos e normas fundamentais do processo.....	39
31.	Princípio do devido processo legal.....	39
32.	Processo legal e processo justo	42
32-A.	Fraternidade, solidariedade e aplicação da lei no processo justo: humanização do direito...	45
33.	Direito e processo: instrumentalidade efetiva e celeridade procedimental.....	48
34.	Princípio da verdade real	49
35.	Princípio da recorribilidade e do duplo grau de jurisdição.....	52
36.	Princípio da oralidade	54
	36.1. Processo justo e oralidade.....	55
	36.2. Processo justo e humanização da prestação jurisdicional.....	55
37.	Princípio da economia processual.....	56
38.	Princípio da duração razoável do processo	57
39.	Princípio da eventualidade ou da preclusão.....	57
§ 5º Normas fundamentais do processo civil.....	58	
40.	Noções introdutórias.....	58
41.	Fonte imediata do direito processual civil (art. 1º).....	58
42.	Coexistência dos princípios inquisitivo e dispositivo (art. 2º).....	61
43.	Princípio da demanda (art. 2º).....	62
44.	Acesso à Justiça (art. 3º)	64
45.	Meios alternativos de composição de litígios: arbitragem (art. 3º, § 1º).....	64
46.	Meios alternativos de composição de conflitos: solução consensual (art. 3º, §§ 2º e 3º)	65
	46.1. Mediação obrigatória (cláusula escalonada).....	66
47.	Duração razoável do processo e celeridade de sua tramitação (art. 4º).....	68
	47.1. Responsabilidade civil do Estado pela violação da garantia de duração razoável do processo	69
48.	Boa-fé (art. 5º).....	70
49.	Princípio da cooperação (art. 6º)	75
50.	Princípio do processo justo e efetivo	78
51.	Contraditório efetivo (arts. 7º, 9º e 10)	78
	51.1. Contraditório e questões de fato e de direito	81
52.	Princípio da legalidade. Colisão de normas fundamentais (art. 8º).....	83
	52.1. Aplicação concorrente de princípio constitucional e lei comum	86
	52.2. Máximas da proporcionalidade e razoabilidade.....	87
53.	Boa-fé e dignidade da pessoa humana (arts. 5º e 8º)	89

53-A.	Boa-fé e exercício abusivo do direito de ação (“assédio processual”)	91
54.	Princípios informativos da Administração Pública: princípio da eficiência (art. 8º)	93
54-A.	A eficiência como dinamicidade do processo e sua sistematização operacional	94
55.	Publicidade e fundamentação das decisões judiciais (art. 11)	96
55.1.	Relevância da fundamentação para o sistema de precedentes adotado pelo CPC/2015	97
55.2.	Dimensões da fundamentação no processo civil constitucionalizado	98
56.	Princípio da isonomia e repulsa ao tratamento privilegiado (art. 12)	100
§ 6º Aplicação das normas processuais		101
57.	Legislação de regência da jurisdição civil (art. 13)	101
58.	Legislação estadual concorrente	101
59.	Aplicação imediata da lei processual (art. 14)	102
60.	Função subsidiária do Código de Processo Civil (art. 15)	102
CAPÍTULO III – FUNÇÃO JURISDICIONAL		
§ 7º Jurisdição, processo e ação		103
61.	Imperatividade da ordem jurídica	103
62.	Justiça privada e justiça pública	103
63.	As instituições básicas do sistema processual civil (jurisdição, processo e ação)	104
§ 8º Jurisdição		105
64.	Jurisdição	105
65.	Jurisdição, função e efetividade	107
66.	Características da jurisdição	108
66-A.	A força normativa dos precedentes e a ampliação da própria função jurisdicional	110
67.	Imparcialidade e disponibilidade	111
68.	Objetivo da jurisdição	112
69.	Efetividade da tutela jurisdicional	113
70.	Princípios fundamentais	114
71.	Jurisdição civil	115
72.	Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	115
73.	Substitutivos da jurisdição	119
	I – Enfoque objetivo dos equivalentes jurisdicionais	119
	II – Enfoque subjetivo dos equivalentes jurisdicionais	120
74.	A evolução da jurisdição individual para a jurisdição coletiva	121
75.	Panorama global do aprimoramento da jurisdição na evolução do Estado de Direito	123
§ 9º Processo		126
76.	Conceito	126
77.	A importância da definição e estabilização do objeto do processo	126
78.	Processo e procedimento	128
79.	Características do procedimento	130
	79.1. Procedimento como garantia das partes	131
80.	Autonomia do processo	131
81.	Espécies de processo	132
82.	Funções do processo	133
83.	Independência dos processos	133

84.	Tutela ordinária e tutelas diferenciadas.....	134
85.	Tutela ordinária e tutela de urgência	135
86.	Tutela sancionatória e tutela inibitória.....	135
86-A.	Tutela de prestação, de certificação e de constituição de situações jurídicas.....	137
87.	Pressupostos processuais.....	137
88.	Os pressupostos processuais e a nulidade do processo	139
§ 10. Ação.....		142
89.	O monopólio estatal da justiça.....	142
90.	A ação: direito subjetivo à prestação jurisdicional	142
91.	Autonomia do direito de ação	143
92.	A evolução do conceito de ação	144
93.	Prestação jurisdicional e tutela jurisdicional.....	145
93.1.	Direito à composição do litígio e direito à tutela jurisdicional.....	146
94.	A constitucionalização do direito de ação. Restauração do conceito de ação de direito material.....	147
94.1.	Redução do papel atribuído à ação no contexto do processo constitucionalizado.....	149
95.	Condições da ação	150
96.	Enumeração e conceituação das condições da ação.....	152
97.	Condições da ação estatuídas pelo Código de Processo Civil	155
	I – Interesse de agir.....	155
	II – Legitimidade de parte	157
	III – Legitimação extraordinária	158
	IV – Bilateralidade da legitimidade de parte	158
	V – Possibilidade jurídica do pedido	159
	VI – Visão unitária das condições da ação.....	159
98.	Limites temporais da apreciação das condições de ação	160
99.	Inter-relacionamento entre pressupostos processuais, condições da ação e mérito da causa.....	161
99.1.	Mérito da causa: objeto do processo	163
100.	Classificação das ações	163
	I – Classificação relevante	163
	II – Ações de cognição	163
	III – Ação executiva e medidas cautelares	165
101.	Ação e pretensão	165
102.	Ação e pretensão nos planos material e processual.....	166
103.	Ação e causa.....	168
104.	Elementos identificadores da causa.....	169
105.	Cumulação de ações	171
106.	A defesa do réu.....	171
106.1.	Legitimidade e interesse para a resposta à ação.....	172
107.	Espécies de resposta.....	173

CAPÍTULO IV – ELEMENTOS E EFEITOS DO PROCESSO

§ 11. Elementos do processo.....		174
108.	Visão dinâmica e estática do processo	174
109.	A relação processual	174
110.	Classificação dos elementos do processo.....	175

§ 12. Efeitos da relação processual	177
111. Noções gerais.....	177
112. Direitos processuais.....	177
113. Obrigações processuais.....	177
114. Deveres processuais.....	177
115. Ônus processuais.....	177

Parte II – Competência

CAPÍTULO V – LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL

§ 13. Noções gerais	179
116. Conceito.....	179
116.1. Jurisdição e competência.....	179
117. Distribuição da competência.....	180
118. Classificação da competência.....	181
§ 14. Competência internacional	182
119. Noções gerais.....	182
120. Espécies de competência internacional.....	182
121. Competência concorrente e litispendência.....	184
121-A. Imunidade de jurisdição dos Estados estrangeiros.....	184
§ 15. Cooperação internacional	186
122. Noções gerais.....	186
123. Modalidades de cooperação.....	187
124. Do auxílio direto.....	188
I – Auxílio direto pleiteado por autoridade estrangeira (cooperação passiva).....	188
II – Auxílio direto pleiteado por autoridade brasileira (cooperação ativa).....	189
III – Disposições comuns.....	189
IV – Regime especial de cumprimento de decisões de Estados-Membros do Mercosul.....	189
125. Da carta rogatória.....	190
126. Das disposições comuns ao auxílio direto e à carta rogatória.....	190
126-A. Convenção de Haia sobre citação no estrangeiro.....	191
§ 16. Competência interna	192
127. Noções gerais.....	192
128. Competência em matéria civil.....	193
129. Competência da Justiça Federal.....	193
130. Competência das Justiças Estaduais.....	195
§ 17. Critérios de determinação da competência interna	196
131. Generalidades.....	196
132. Competência do foro e competência do juiz.....	197
133. Divisão da competência do foro.....	197
134. Cumulatividade de juízos competentes.....	197
135. Competência por distribuição.....	198
136. <i>Perpetuatio iurisdictionis</i>	198

§ 18. Competência em razão do valor da causa e em razão da matéria	202
137. Competência em razão do valor da causa	202
138. Competência em razão da matéria	202
§ 19. Competência funcional.....	203
139. Conceito	203
140. Classificação	203
141. Casos de competência funcional por graus de jurisdição	203
142. Casos de competência funcional pelo objeto do juízo	203
§ 20. Competência territorial.....	204
143. Conceito	204
144. Foro comum	204
145. Foros subsidiários ou supletivos	205
146. Foros especiais.....	205
147. Ações reais imobiliárias.....	205
148. Foro da sucessão hereditária e da ausência	206
149. Foro da União, dos Estados e do Distrito Federal	207
I – União, entidades autárquicas, empresas públicas, fundações, conselho de fiscalização de atividade profissional	208
II – Estados e Distrito Federal	209
150. Foros <i>ratione personae</i>	209
151. Foro das pessoas jurídicas.....	210
152. Foro dos Estados e Municípios	210
153. Foros <i>ratione loci</i> em matéria de obrigações	211
154. Foro relativo à arbitragem.....	211
155. Foro do idoso.....	212
156. Foro central e foros distritais ou regionais	213
§ 21. Modificações da competência.....	215
157. Competência absoluta e competência relativa	215
158. Prorrogação de competência	215
159. Prorrogação legal. Conexão e continência	216
160. Modalidades de conexão.....	217
161. Continência.....	218
162. Intensidade da conexão	218
163. Efeito prático da conexão.....	220
164. Efeito prático da continência.....	221
165. Prevenção	222
166. A prevenção em caso de continência de ações.....	222
167. A conexão e a competência absoluta.....	223
168. Oportunidade da reunião das ações conexas	223
169. Outros casos de prorrogação legal.....	224
170. Conexão entre ação penal e ação civil.....	225
171. Prorrogação voluntária.....	227
172. Derrogação de foros especiais instituídos por leis de ordem pública	228
173. Prorrogação de competência em caso de foro de eleição ajustado em contrato de adesão ...	229
174. Prorrogação de competência no âmbito da Justiça Federal	230

§ 22. Declaração de incompetência.....	231
175. Verificação de competência.....	231
176. Alegação de incompetência.....	231
177. Foro de eleição e declinação de competência.....	233
§ 23. Conflito de competência.....	235
178. Noções gerais.....	235
179. Conflito de competência e arguição incidental de incompetência.....	236
180. Procedimento do conflito.....	236
181. Efeitos do conflito.....	237
§ 24. Cooperação nacional.....	239
182. Noções gerais.....	239
Parte III – Sujeitos do Processo	
CAPÍTULO VI – PARTES E PROCURADORES	
§ 25. Partes.....	241
183. Partes.....	241
184. Nomenclatura.....	242
I – Processo de conhecimento.....	242
II – Processo de execução.....	242
III – Tutela provisória: as partes são tratadas como requerente e requerido.....	242
IV – Nos procedimentos de jurisdição voluntária: não há partes, mas apenas interessados.....	242
185. Substituição processual.....	242
186. Sucessão de parte e alienação do bem litigioso.....	244
186-A. Migração de posição processual da parte.....	245
187. Capacidade processual.....	246
I – Capacidade de ser parte.....	246
II – Capacidade postulatória. Advogado.....	248
III – Assistência judiciária gratuita.....	248
188. Massas patrimoniais personalizadas.....	249
189. Capacidade processual das pessoas casadas.....	249
I – Capacidade ativa.....	249
II – Capacidade passiva.....	251
III – Ações possessórias.....	251
IV – Ações contraídas a benefício da família.....	252
V – A união estável.....	252
190. Curatela especial.....	252
191. Representação das pessoas jurídicas e das pessoas formais.....	253
192. Incapacidade processual e irregularidade de representação.....	255
§ 26. Deveres e direitos das partes e procuradores.....	257
193. Deveres.....	257
194. Ato atentatório à dignidade da justiça.....	259
I – Condutas qualificadas como atentatórias à dignidade da justiça.....	259
II – Punição por ato atentatório à dignidade da justiça.....	260

III – Repressão à inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso.....	261
IV – Execução das multas aplicadas em razão do atentado à dignidade da justiça.....	261
195. Responsabilidade das partes por dano processual.....	261
I – Indenização.....	262
II – Multa.....	264
III – Honorários advocatícios e despesas da parte prejudicada.....	264
196. Direitos.....	264
197. Direito especial dos litigantes idosos e portadores de doenças graves.....	265
197-A. Tutela especial das vítimas de violência doméstica.....	266
§ 27. Despesas e multas.....	267
198. Ônus financeiro do processo.....	267
199. Antecipação das despesas.....	267
200. Autor residente fora do Brasil (<i>cautio pro expensis</i>).....	269
201. A sucumbência e as obrigações financeiras do processo.....	269
202. Ressalvas aos efeitos da sucumbência.....	270
203. Extinção do processo por perda do objeto.....	271
204. Sucumbência recíproca.....	272
205. Realização da obrigação de pagar as despesas processuais.....	273
206. Multas.....	273
207. Honorários de advogado.....	274
208. Honorários sucumbenciais e direito autônomo do advogado.....	274
209. Inclusão dos honorários advocatícios no ressarcimento de perdas e danos.....	275
210. Honorários do curador especial.....	276
211. Cabimento da verba sucumbencial de honorários.....	277
I – Honorários nas execuções embargadas.....	278
II – Honorários nas exceções de pré-executividade.....	279
III – Honorários no cumprimento de sentença.....	280
IV – Honorários nos recursos.....	280
V – Honorários dos advogados públicos.....	281
VI – Honorários em ação com pedidos alternativos ou sucessivos.....	282
VII – Honorários nos procedimentos de jurisdição voluntária.....	282
VIII – Honorários em homologação de decisão estrangeira.....	283
212. Inoperância da sucumbência.....	283
213. Fixação dos honorários.....	283
214. Critérios de fixação de honorários nas ações de que participe a Fazenda Pública.....	285
214-A. Dispensa de condenação da Fazenda Nacional em honorários sucumbenciais.....	287
214-B. Direito intertemporal em matéria de honorários de sucumbência.....	287
215. Alguns casos especiais de fixação de honorários.....	288
216. Execução dos honorários de sucumbência.....	289
217. Exigência dos honorários sucumbenciais e encargos moratórios.....	290
218. Assistência judiciária (gratuidade da justiça).....	290
218-A. Assistência judiciária ao advogado.....	292
219. Assistência judiciária e atos notariais ou registrais.....	293
220. Procedimento para obtenção da assistência judiciária.....	294
221. Regime especial de intimação da Defensoria Pública.....	294
222. Revogação do benefício.....	295

§ 28. Advogados.....	296
223. Capacidade de postulação.....	296
224. O mandato judicial.....	296
225. Revogação e renúncia do mandato.....	297
226. Direitos e deveres.....	297
I – Deveres do advogado.....	297
II – Direitos do advogado.....	298
III – Direitos acrescidos pela Lei 13.363/2016.....	298
§ 29. Sucessão das partes e dos procuradores.....	300
227. Sucessão de parte.....	300
I – Sucessão <i>inter vivos</i>	300
II – Sucessão universal.....	301
228. Sucessão do advogado.....	301
CAPÍTULO VII – PLURALIDADE DE PARTES	
§ 30. Litisconsórcio.....	303
229. Pluralidade de partes.....	303
230. Classificações.....	303
231. Espécies de litisconsórcio.....	305
232. Sistema do Código.....	306
233. Casos legais de litisconsórcio.....	307
I – Comunhão de direitos ou obrigações.....	307
II – Conexão pelo pedido ou pela causa de pedir.....	307
III – Afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito.....	307
234. Litisconsórcio necessário e litisconsórcio unitário.....	308
235. Precisão do sistema litisconsorcial instituído pelo Código atual.....	308
236. Litisconsórcio necessário ativo e passivo.....	310
236-A. Um caso de litisconsórcio facultativo não unitário: a responsabilidade dos pais por atos danosos dos filhos menores.....	310
237. Mobilidade da posição processual do litisconsorte necessário.....	311
238. Litisconsórcio necessário não observado na propositura da ação.....	312
239. Citação do litisconsorte necessário ordenada pelo juiz.....	313
240. Litisconsórcio facultativo unitário.....	315
241. Litisconsórcio facultativo recusável.....	315
242. Posição de cada litisconsorte no processo.....	316
243. Autonomia dos litisconsortes para os atos processuais.....	318
243-A. Litisconsórcio e coisa julgada.....	319
§ 31. Intervenção de terceiros.....	320
244. Conceito.....	320
245. Classificações.....	320
I – Conforme o terceiro vise ampliar ou modificar subjetivamente a relação processual, a intervenção pode ser.....	320
II – Conforme a iniciativa da medida, a intervenção pode ser.....	320
§ 32. Assistência.....	322
246. Conceito.....	322

247.	Pressupostos da intervenção.....	322
248.	Assistência simples e assistência litisconsorcial.....	323
249.	Cabimento e oportunidade da intervenção assistencial.....	325
250.	Procedimento.....	325
251.	Poderes e ônus processuais do assistente simples e litisconsorcial.....	326
252.	Encargos do assistente e limites de sua atuação.....	327
253.	Recursos.....	328
254.	A assistência e a coisa julgada.....	329
255.	Assistência provocada.....	330
256.	Assistência atípica ou negociada.....	331
257.	Assistência de legitimado coletivo em ação de natureza individual.....	331
258.	O recurso de terceiro prejudicado.....	332
§ 33. Denúnciação da lide.....		335
259.	Conceito.....	335
260.	Denúnciação da lide em outros sistemas jurídicos.....	336
261.	Responsabilidade civil do Estado e direito regressivo contra o funcionário causador do dano.....	337
262.	Obrigatoriedade da denúnciação da lide.....	339
263.	Casos de não cabimento da denúnciação da lide.....	339
264.	Objetivo do incidente.....	340
265.	Legitimação.....	340
266.	Procedimento.....	341
	I – Denúnciação feita pelo autor.....	341
	II – Denúnciação feita pelo réu.....	342
267.	Efeitos da denúnciação da lide.....	342
268.	Cumprimento da sentença que acolhe a denúnciação.....	343
269.	Recursos.....	344
270.	Execução da sentença.....	345
271.	Denúnciações sucessivas.....	345
§ 34. Chamamento ao processo.....		349
272.	Conceito.....	349
273.	Casos de admissibilidade do incidente.....	349
274.	Procedimento.....	350
275.	Chamamento ao processo nas ações do consumidor.....	351
276.	O chamamento ao processo em caso de seguro de responsabilidade civil.....	351
§ 35. Incidente de descon sideração da personalidade jurídica.....		354
277.	A descon sideração da personalidade jurídica.....	354
	277.1. Inovações do art. 50 do Código Civil, introduzidas pela Lei 13.874/2019.....	356
278.	A descon sideração inversa da personalidade jurídica.....	357
279.	Procedimento do incidente de descon sideração da personalidade jurídica.....	358
	I – Descon sideração requerida com a petição inicial.....	359
	II – Descon sideração requerida como incidente.....	360
	III – Descon sideração requerida em execução ou no cumprimento de sentença.....	360
	IV – Redirecionamento da execução fiscal.....	361
	V – O incidente instaurado perante tribunal.....	361
	VI – A defesa do terceiro alcançado pela pretendida descon sideração.....	362

280.	Efeitos da desconsideração da personalidade jurídica.....	362
281.	Prevenção contra a fraude	363
§ 36.	<i>Amicus curiae</i>	366
282.	Conceito	366
283.	Natureza jurídica.....	367
284.	Procedimento da intervenção	368
	I – Requisitos para a intervenção	368
	II – Quem pode atuar como <i>amicus curiae</i>	368
	III – Prazo e oportunidade para a manifestação	370
	IV – Casos de cabimento da intervenção do <i>amicus curiae</i>	370
	V – Representação por meio de advogado.....	371
285.	Poderes do <i>amicus curiae</i>	371
286.	Deslocamento de competência.....	372
287.	Custas e honorários processuais	372

CAPÍTULO VIII – DO JUIZ E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

§ 37.	Organização judiciária	373
288.	O Poder Judiciário brasileiro.....	373
289.	Duplo grau de jurisdição.....	375
290.	Jurisdição extraordinária	375
291.	Competência.....	376
292.	Disciplina da magistratura.....	376
§ 38.	Órgãos judiciários	378
293.	Juízes	378
294.	Requisitos de atuação do juiz	378
	294.1. Limites necessários à independência do juiz	379
295.	Garantias da magistratura.....	379
296.	Poderes e deveres procedimentais do juiz	380
	I – Enumeração legal	380
	II – Tratamento isonômico das partes	381
	III – Duração razoável do processo.....	382
	IV – Irrecusabilidade da tutela jurisdicional	382
	V – Estímulo à autocomposição	382
	VI – Prevenção ou repressão às ofensas à dignidade da justiça	382
	VII – Amplitude e atipicidade das medidas de coerção para assegurar o cumprimento das decisões judiciais	382
	VIII – Força policial	384
	IX – Adequação procedimental	384
	X – Poder instrutório do juiz	385
	XI – Primazia do julgamento de mérito	385
	XII – Demandas repetitivas.....	385
	XIII – Gerenciamento do processo	385
297.	Outros poderes e deveres do juiz, no plano decisório	385
298.	Atividade criativa do juiz	387
299.	Uma advertência sobre o garantismo processual e o ativismo judicial.....	387

300.	Responsabilidade do juiz	390
301.	Garantia de imparcialidade do juiz.....	390
302.	Casuísmo legal.....	390
	I – Casos de impedimento do juiz.....	390
	II – Casos de suspeição do juiz	391
303.	Juiz-testemunha	392
304.	Exclusão do juiz suspeito ou impedido.....	392
305.	Procedimento da alegação de impedimento e de suspeição	393
	I – Pedido de afastamento do juiz	393
	II – Respostas do magistrado.....	393
	III – Apreciação e julgamento do incidente	394
306.	Impedimento ou suspeição de outros sujeitos processuais	395
§ 39. Auxiliares da justiça.....		397
307.	O juízo	397
308.	Escrivão ou chefe de secretaria	397
	I – Atribuições do escrivão ou chefe de secretaria	397
	II – Cronologia das publicações e pronunciamentos judiciais	398
	III – Forma e conteúdo dos atos processuais	398
	IV – Responsabilidade civil do escrivão e do chefe de secretaria	398
	V – Impedimento do escrivão.....	399
309.	Oficial de justiça.....	399
310.	Perito.....	400
	I – Nomeação pelo juiz	400
	II – Aceitação e execução do encargo pelo perito	401
	III – Cadastro local dos peritos.....	401
	IV – Remuneração do perito.....	401
	V – Responsabilidade civil do perito	401
311.	Depositário e administrador	401
312.	Intérprete e tradutor	402
313.	Dos conciliadores e mediadores judiciais.....	403
	I – O papel da conciliação e da mediação no processo civil	403
	II – Distinção legal entre conciliador e mediador	404
	III – Mediação (CPC/2015, art. 165, § 3º; Lei n. 13.140/2015, art. 1º, parágrafo único)	404
	IV – Conciliação (CPC/2015, art. 165, § 2º).....	405
	V – Solução consensual e renúncia a direitos	406
	VI – Escolha do método consensual a utilizar.....	406
	VII – Outros meios alternativos de resolução de conflitos com interferência de terceiro.....	407
	VIII – A Lei n. 13.140/2015 e o CPC/2015	408
	IX – A conciliação e a mediação durante o processo.....	408
	X – Princípios informadores da conciliação e mediação, elencados pelo CPC/2015 e pela Lei n. 13.140/2015	409
	XI – Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos.....	411
	XII – Centros de conciliação extrajudiciais	412
	XIII – Câmaras de Mediação e Conciliação da Administração Pública	412
	XIV – Capacitação e remuneração dos conciliadores e mediadores	412
	XV – Impedimento e impossibilidade temporária do exercício da função	413

XVI – Escolha dos conciliadores e mediadores pelas partes	413
XVII – Cadastro dos conciliadores e mediadores	413
314. Outros auxiliares eventuais.....	414

CAPÍTULO IX – SUJEITOS ESPECIAIS DO PROCESSO

§ 40. O Ministério Público	415
315. Conceito	415
316. Funções.....	415
316.1. Funções de <i>custos legis</i> , segundo o Conselho Nacional do Ministério Público....	417
317. Natureza	418
318. Ministério Público como parte	418
319. Ministério Público como <i>custos legis</i>	419
320. Ausência do Ministério Público no processo.....	420
321. Órgãos do Ministério Público	420
322. Princípios e garantias.....	420
323. Responsabilidade civil dos membros do Ministério Público	422
§ 41. Da advocacia pública	423
324. Conceito, funções e prerrogativas.....	423
325. Responsabilidade civil dos membros da Advocacia Pública dos entes federados.....	423
§ 42. Da Defensoria Pública	424
326. Conceito, funções e prerrogativas.....	424
327. Responsabilidade civil dos membros da Defensoria Pública.....	425

Parte IV – Atos Processuais

CAPÍTULO X – FATOS JURÍDICOS PROCESSUAIS

§ 43. Atos processuais.....	427
328. Conceito	427
329. Características e natureza dos atos processuais	428
330. Agentes	429
331. Atos do processo e atos do procedimento	430
332. Classificação dos atos processuais	430
333. Forma dos atos processuais	431
334. Publicidade	433
335. Meios de expressão	434
336. Os negócios jurídicos processuais	434
I – Noções gerais.....	434
II – Limites da negociabilidade procedimental	437
III – O controle judicial em torno dos limites do negócio processual	438
IV – Convenção sobre provas	439
V – Negócios processuais típicos e atípicos	440
VI – A disclosure como objeto de negócio jurídico processual	441
VII – O negócio processual e o direito público	442
337. Calendário para a prática de atos processuais.....	442

338.	O uso de sistema de transmissão de dados. Fac-símile ou outro similar	442
339.	O grande programa de implantação do processo eletrônico no Brasil.....	444
340.	A prática eletrônica de atos processuais no atual Código de Processo Civil	446
	340.1. O Governo Digital de acordo com a Lei nº 14.129/2021.....	447
	340.2. Regulamentação unificadora de atos processuais eletrônicos em todo o terri- tório nacional baixada pelo CNJ.....	448
341.	O processo eletrônico nos Tribunais Superiores.....	449
	I – Supremo Tribunal Federal	449
	II – Superior Tribunal de Justiça.....	451
	III – Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.....	451
§ 44. Atos da parte		452
342.	Conceito e classificação.....	452
343.	Eficácia dos atos das partes.....	453
344.	Petições e autos suplementares.....	453
345.	Cotas marginais e interlineares nos autos.....	454
§ 45. Atos do juiz		455
346.	Atividade processual do juiz.....	455
347.	Atos decisórios	455
348.	Definições legais.....	456
349.	Decisão interlocutória	458
350.	Despachos	459
351.	Sentença	460
352.	Atos não decisórios.....	462
353.	Forma dos atos decisórios.....	462
§ 46. Atos do escrivão ou do chefe de secretaria		464
354.	Documentação e comunicação dos atos processuais	464
355.	Autuação	465
356.	Termos processuais.....	465
357.	Forma dos termos	465

CAPÍTULO XI – O ATO PROCESSUAL NO TEMPO E NO ESPAÇO

§ 47. O tempo e o lugar dos atos processuais.....		467
358.	O tempo.....	467
359.	Feriados e férias forenses	468
360.	Processos que correm nas férias.....	469
361.	Férias e recesso forense	470
362.	O lugar	470
§ 48. Prazos.....		472
363.	Disposições gerais	472
364.	Classificação	472
365.	Natureza dos prazos.....	473
366.	Interpretação e aplicação das regras sobre prazo.....	474
367.	O curso dos prazos.....	474
368.	Contagem dos prazos: termo inicial.....	477

	I – Fixação do <i>dies a quo</i> da contagem dos prazos processuais.....	478
	II – Intimação feita pela imprensa.....	479
	III – Intimação feita durante o recesso natalino ou férias forenses	480
	IV – Hermenêutica.....	480
369.	Contagem dos prazos no processo eletrônico.....	480
	I – Intimações no curso do processo eletrônico.....	480
	II – Citação por meio eletrônico (<i>e-mail</i>).....	482
370.	Prazos para recurso.....	482
371.	Ciência inequívoca.....	483
372.	Termo final.....	485
373.	Preclusão	485
374.	Prazos para as partes.....	486
	I – Regra básica	486
	II – Prazo geral.....	486
	III – Renúncia	486
	IV – Litisconsortes.....	486
	V – Prazo mínimo de obrigatoriedade de comparecimento.....	487
375.	Prazos para o juiz e seus auxiliares	487
376.	Prazos para o Ministério Público, Fazenda Pública e Defensoria Pública	487
	I – Ministério Público e Fazenda Pública.....	488
	II – Defensoria Pública	488
	III – Disposição comum	488
377.	Verificação dos prazos e penalidades: prazos dos serventuários.....	488
378.	Inobservância de prazo da parte.....	489
	I – Regra geral	489
	II – Sanções.....	489
379.	Inobservância dos prazos do juiz.....	489

CAPÍTULO XII – O INTERCÂMBIO PROCESSUAL

§ 49. Atos de comunicação processual e atos fora da circunscrição territorial do juízo	490
380. Intercâmbio processual	490
381. Forma dos atos de comunicação.....	490
382. A comunicação eletrônica.....	490
383. Atos processuais fora dos limites territoriais do juízo: cartas de ordem, precatórias e rogatórias.....	491
384. Requisitos das cartas.....	491
385. Cumprimento das cartas.....	492
386. Cartas urgentes.....	493
387. Custas nas cartas	494
388. Cartas rogatórias	494
§ 50. Citação	495
389. Conceito	495
389-A. Objetivo da citação	495
390. Suprimento da citação.....	496
391. Destinatário da citação inicial.....	498

I – Citação feita a mandatário, administrador, preposto ou gerente	499
II – Citação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	499
III – Citando impossibilitado de receber a citação	499
392. Local da citação	499
393. Impedimento legal de realização da citação	500
394. Modos de realizar a citação	500
395. Citação por meio eletrônico	501
395-A. A citação eletrônica segundo a Lei 11.419/2006 e segundo a Lei 14.195/2021.....	503
396. Citação pelo correio.....	504
397. Citação por oficial de justiça	505
397-A. Citação por carta precatória, rogatória ou de ordem	506
397-B. Citação com hora certa	507
I – Cabimento e requisitos.....	507
II – Procedimento da citação com hora certa.....	507
398. Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria	508
399. Citação por edital.....	509
I – Procedimento-edital.....	509
II – Requisitos de validade da citação por edital.....	510
400. Responsabilidade do promovente da citação-edital.....	510
401. Efeitos da citação.....	511
402. Litispendência	512
403. Litigiosidade	512
404. Mora.....	513
405. Prescrição	513
406. Antecipação do efeito interruptivo da prescrição.....	515
406-A. Eficácia subjetiva da interrupção da prescrição.....	515
406-B. Uma distinção necessária em matéria de interrupção prescricional em decorrência de exercício do direito de ação	516
406-C. Falta ou nulidade da citação	517
406-D. Regime especial de interrupção da prescrição nas execuções fiscais.....	518
407. A força de interpelação reconhecida à citação	519
§ 51. Intimações.....	520
408. Conceito	520
409. Forma.....	520
I – Intimações realizadas pelo órgão oficial	520
II – Intimação realizada pela retirada dos autos do cartório	522
III – Intimação realizada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.....	522
IV – Intimação do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública ..	522
V – Preferência da intimação eletrônica.....	523
VI – Inviabilidade da intimação por meio eletrônico e inexistência de publicação em órgão oficial.....	524
VII – Dispensabilidade da intimação do advogado.....	525
VIII – Arguição de nulidade da intimação	525
IX – Intimação pessoal à parte.....	525
410. Intimação pelo escrivão ou oficial de justiça.....	525
411. Aperfeiçoamento da intimação	526

412.	Intimação em audiência.....	528
412-A.	Intimação eletrônica.....	528
413.	Intimação por edital ou com hora certa.....	529
414.	Efeitos da intimação.....	529

CAPÍTULO XIII – INVALIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS

§ 52. Nulidade.....	530	
415.	Conceito.....	530
416.	Espécies de vícios do ato processual.....	530
417.	Atos inexistentes.....	531
418.	Noção de nulidade.....	531
419.	Atos absolutamente nulos.....	531
420.	Atos relativamente nulos.....	532
421.	Nulidade do processo e nulidade do ato processual.....	533
422.	Sistema de nulidades do Código.....	533
423.	Nulidades cominadas pelo Código.....	535
424.	Nulidades da citação e intimação.....	535
425.	Arguição das nulidades.....	536
426.	Momento da arguição.....	536
427.	Decretação de nulidade.....	537
428.	Efeitos da decretação.....	537

CAPÍTULO XIV – OUTROS ATOS PROCESSUAIS

§ 53. Registro, distribuição e valor da causa.....	539	
429.	Noções introdutórias.....	539
430.	Registro.....	539
431.	Distribuição.....	539
432.	Distribuição por dependência.....	540
433.	Distribuição por dependência como medida de coibição à má-fé processual.....	541
434.	Valor da causa.....	544
435.	Impugnação ao valor da causa.....	546
	I – Decisão pelo juiz sobre impugnação da parte.....	546
	II – Correção do valor da causa de ofício pelo juiz.....	546

Parte V – Tutela Provisória

CAPÍTULO XV – TUTELA DE URGÊNCIA E TUTELA DA EVIDÊNCIA

§ 54. Noções Gerais.....	549	
436.	Introdução.....	549
437.	Tutelas de urgência e da evidência.....	550
438.	Tentativa doutrinária de fixar uma unidade ontológica entre todas as tutelas sumárias provisórias.....	551
439.	A abolição da ação cautelar.....	553
440.	A visão unitária da tutela de urgência.....	553
441.	Da fungibilidade à unificação das tutelas de urgência.....	554

442.	Traços comuns entre a tutela de urgência e a tutela da evidência	555
442-A.	Modificação e revogação da medida provisória	556
442-B.	Fundamentos do pedido de revogação ou modificação da tutela provisória	557
442-C.	Casos especiais de extinção da tutela de urgência decretada em caráter antecedente....	558
443.	Regras comuns a todas as tutelas provisórias.....	558

CAPÍTULO XVI – TUTELAS DE URGÊNCIA (I)

§ 55. Classificação, características, requisitos, iniciativa, forma e conteúdo	560	
444.	Classificação das tutelas provisórias cautelares.....	560
445.	Requisitos da tutela provisória de urgência.....	561
446.	O <i>fumus boni iuris</i>	561
447.	O <i>periculum in mora</i>	562
448.	Reversibilidade	563
449.	Perigo de dano reverso.....	564
450.	Fungibilidade das tutelas de urgência	565
451.	Necessidade de fundamentação adequada	565
452.	Medida liminar <i>inaudita altera parte</i>	566
453.	Limitações especiais às liminares contra atos do Poder Público	567
454.	Comprovação dos requisitos da medida liminar	568
455.	Distinção entre liminar e medida de urgência.....	569
456.	Liminar nem sempre corresponde à cautelaridade	570
456-A.	Medidas cautelares e liminar em defesa do erário: ação executiva fiscal, ação de improbidade administrativa e ação anticorrupção	572
	I – Créditos fiscais (Dívida Ativa)	572
	II – Improbidade administrativa	573
	III – Indisponibilidade administrativa (Lei nº 13.606/2018).....	575
	IV – Lei Anticorrupção: Processo administrativo de responsabilização (PRA). Medida cautelar judicial.....	575
457.	Contra cautela.....	577
458.	Oportunidade da tutela de urgência.....	578
459.	Iniciativa da tutela de urgência e da evidência.....	578
460.	Medidas cautelares nominadas e medidas cautelares inominadas.....	579
461.	Poder discricionário na tutela de urgência genérica	580
462.	Forma e conteúdo das tutelas de urgência.....	581
463.	A discricionariedade do poder geral de prevenção e a escolha da medida.....	581
464.	Aplicação prática de medidas inominadas	582
465.	Limites do poder geral de cautela	583
	I – Interesse de agir.....	583
	II – Proporcionalidade entre a medida provisória e a ação principal.....	583
	III – Suspensão de executividade de sentença	584
	IV – Outras limitações.....	584
	V – Impedimento de execução	585

CAPÍTULO XVII – TUTELAS DE URGÊNCIA (II)

§ 56. Competência e procedimentos da tutela de urgência	586	
466.	Competência.....	586
	I – Justiça comum.....	586

II – Juízo arbitral.....	589
467. Os procedimentos das tutelas de urgência.....	589
468. Tutela de urgência incidental.....	590
469. Tutela de urgência antecedente	590
§ 57. Competência e procedimentos da tutela de urgência conservativa antecedente	592
470. Petição inicial.....	592
471. Lide e seu fundamento	592
472. Exposição sumária do direito que se visa assegurar.....	592
473. Perigo na demora de prestação da tutela jurisdicional	592
474. Outros requisitos da petição inicial.....	593
475. Despacho da petição inicial e a citação do réu.....	593
476. A defesa do réu	593
477. Prazo para o autor deduzir o pedido principal	595
478. Inobservância do prazo de dedução do pedido principal	596
479. Indeferimento da medida: dedução do pedido principal e possibilidade de formação de coisa julgada	596
I – Dedução do pedido principal em caso de indeferimento da medida.....	596
II – Indeferimento por decadência ou prescrição	596
480. Procedimento de dedução do pedido principal.....	596
481. Impossibilidade de renovar a medida conservativa que perdeu a eficácia.....	597
§ 58. Procedimento da tutela de urgência satisfativa antecedente.....	599
482. Reafirmação da distinção entre tutela satisfativa e tutela conservativa	599
483. Legitimação.....	600
484. Processos que comportam a antecipação de tutela satisfativa	601
485. Antecipação de tutela satisfativa e as diversas modalidades de sentença de mérito	602
486. Tutela de urgência satisfativa: procedimento especial dos arts. 303 e 304 do CPC/2015.....	607
I – Estabilização da tutela satisfativa de urgência.....	607
II – Natureza do procedimento especial destinado a autonomizar a tutela de urgência	607
487. Detalhamento do procedimento destinado a obter possível estabilização da medida satisfativa.....	608
I – Petição inicial	608
II – Valor da causa	609
III – Procedimento	609
IV – Citação e audiência.....	609
V – Posição adotada pela 3ª Turma do STJ.....	612
487-A. Justificação da estabilização da medida satisfativa urgente sem contraditório	612
488. Defesa do sujeito passivo da medida de urgência satisfativa antecedente.....	613
489. Pedido de reconsideração	614
490. Esquema do procedimento da tutela urgente satisfativa antecedente, no rito adequado à estabilização da medida provisória.....	614
491. Esquema do procedimento da tutela urgente satisfativa antecedente sem a perspectiva de estabilização da medida liminar	615
§ 59. Estabilização da tutela de urgência satisfativa antecedente.....	618
491-A. Advertência sobre a correta compreensão e adequada aplicação da técnica de estabilização da medida satisfativa antecipada.....	618
492. O sistema de estabilização adotado pelo Código de 2015.....	621

493.	Propositura da ação principal depois de ocorrida a estabilização da tutela provisória satisfativa	623
494.	Prazo para ajuizamento da ação de cognição plena	623
§ 60. Normas comuns às tutelas urgentes		625
495.	Extinção das tutelas de urgência antecedentes.....	625
496.	Responsabilidade civil pela tutela de urgência.....	625

CAPÍTULO XVIII – TUTELA DA EVIDÊNCIA

§ 61. Regime particular da tutela da evidência.....		628
497.	Tutela da evidência	628
498.	Oportunidade e conteúdo da tutela da evidência.....	628
	I – Concessão em liminar	629
	II – Concessão incidental	629
	III – Conteúdo da medida.....	629
	IV – Fungibilidade.....	630
	V – Tutela da evidência e julgamento antecipado do mérito.....	630
	VI – Tutela da evidência em grau de recurso.....	631
499.	Legitimação.....	631
500.	O casuísmo legal da tutela da evidência.....	631

CAPÍTULO XIX – FORÇA DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS

§ 62. Decisão e cumprimento das medidas provisórias		637
501.	Julgamento da pretensão à tutela provisória	637
502.	Cumprimento das medidas de urgência	637
503.	Mandamentalidade das medidas de tutela sumária	640
504.	Execução das medidas urgentes satisfativas	641
505.	Execução das medidas definidas com base na tutela da evidência	641
506.	Provisoriidade do cumprimento de todas as decisões deferidoras das tutelas sumárias.....	642

CAPÍTULO XX – MEDIDAS CAUTELARES NOMINADAS

§ 63. Regime do CPC/2015.....		643
507.	Introdução.....	643
508.	Arresto	643
509.	Sequestro.....	644
510.	Arresto e sequestro	644
511.	Arrolamento de bens	644
512.	Registro de protesto contra alienação de bens	645
513.	Outras medidas cautelares tradicionais	646
	I – Caução.....	646
	II – Depósito preparatório de ação.....	648
	III – Busca e apreensão	648
	IV – Atentado.....	648
	V – Medidas provisionais diversas	649

Parte VI – Instauração, Crise e Fim do Processo**CAPÍTULO XXI – FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO**

§ 64. Introdução	651
514. Noções gerais	651
§ 65. Formação do processo	652
515. O processo.....	652
516. Sujeitos da relação jurídico-processual	652
517. Início do processo	653
518. Formação gradual da relação processual	654
519. Estabilização do processo.....	654
520. Alteração do pedido	655
521. Alterações subjetivas.....	656
521.1. Alienação do bem litigioso.....	657
§ 66. Suspensão do processo.....	658
522. Conceito	658
523. Os casos de suspensão do processo	658
524. Suspensão por morte ou perda de capacidade processual.....	659
I – Morte de qualquer das partes.....	659
II – Dissolução ou extinção de pessoa jurídica.....	660
III – Perda de capacidade das partes.....	660
IV – Morte ou perda da capacidade do advogado de qualquer das partes	660
525. Suspensão por convenção das partes.....	660
526. Suspensão em razão de arguição de impedimento ou suspeição do juiz	661
527. Suspensão por prejudicialidade	661
528. Prejudicialidade e conexão	662
529. Suspensão pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.....	663
530. Suspensão pela discussão em juízo de questão decorrente de acidentes e fatos da navegação da competência do tribunal marítimo	663
531. Suspensão por motivo de força maior.....	663
532. Outros casos legais de suspensão	664
532-A. Suspensão por motivo de parto ou concessão de adoção.....	664
532-B. Suspensão por motivo de o advogado tornar-se pai	664
533. Férias e suspensão do processo	665
534. Suspensão por necessidade de verificação de fato delituoso na justiça criminal	665
§ 67. Extinção do processo	666
535. Encerramento da relação processual	666
536. Sentenças definitivas e terminativas.....	666

PARTE ESPECIAL – PROCESSO DE CONHECIMENTO**Parte VII – Processo e Procedimento****CAPÍTULO XXII – PROCEDIMENTO COMUM E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS**

§ 68. Processo e procedimentos de cognição	669
---	------------

537.	Processo.....	669
538.	Procedimento	670
539.	Procedimentos no processo de cognição.....	670
540.	Procedimentos especiais: jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	671
541.	Esquema do procedimento comum	672
542.	Fases do procedimento comum	672
543.	Fase postulatória	673
544.	Fase saneadora.....	673
545.	Fase instrutória.....	673
546.	Fase decisória.....	674
547.	Adequação do procedimento	674
§ 69. Procedimento sumário		677

Parte VIII – Procedimento Comum

CAPÍTULO XXIII – FASE DE POSTULAÇÃO

§ 70. Petição inicial.....		679
560.	Fases do procedimento comum	679
561.	Petição inicial.....	680
562.	Requisitos da petição inicial.....	681
563.	Despacho da petição inicial.....	683
564.	Casos de indeferimento da petição inicial.....	685
565.	Extensão do indeferimento.....	686
566.	Improcedência liminar do pedido	686
	I – Pedido contrário a súmula do STF ou STJ; acórdão proferido pelo STF ou STJ firmado em julgamento de recurso repetitivo; entendimento firmado em incidente de resolução de demanda repetitiva ou assunção de competência; enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.....	686
	II – Prescrição e decadência.....	688
567.	Intimação da sentença <i>prima facie</i>	688
568.	Recurso contra o julgamento <i>prima facie</i>	689
569.	Preservação do contraditório e ampla defesa.....	689
570.	Efeitos do despacho da petição inicial	690
§ 71. O pedido.....		693
571.	Petição inicial.....	693
572.	Pedido.....	693
573.	Requisitos do pedido	693
574.	Pedido em ação relacionada com contratos de empréstimos, financiamento ou alienação de bens.....	694
575.	Pedido concludente.....	695
576.	Pedido genérico	695
577.	Pedido cominatório	696
578.	Pedido alternativo	697
579.	Pedidos subsidiários	697
580.	Pedido de prestações periódicas	698

581.	Pedido de prestação indivisível	699
582.	Pedidos cumulados	699
583.	Espécies de cumulação de pedidos	701
584.	Interpretação do pedido	701
585.	Pedidos implícitos	702
586.	Aditamento e modificação do pedido	703
§ 72. A audiência de conciliação ou de mediação		705
587.	Introdução	705
588.	Audiência preliminar de conciliação ou de mediação	705
589.	Prazo para a contestação	707
	I – Com audiência	707
	II – Sem audiência	707
§ 73. A resposta do réu		709
590.	A defesa do réu	709
591.	A resposta do réu	709
592.	Espécies de defesa	710
593.	Defesa processual	710
594.	Defesa de mérito	711
595.	Reconvenção	712
596.	Síntese	712
§ 74. Contestação		713
597.	Conceito	713
598.	Conteúdo e forma da contestação	713
599.	Ônus da defesa especificada	714
600.	Preliminares da contestação	715
601.	Conhecimento <i>ex officio</i> das preliminares	718
602.	Alegação de ilegitimidade <i>ad causam</i>	718
603.	Alegação de incompetência do juízo	719
	I – Alegação por réu residente fora da comarca da causa	719
	II – Réu citado por carta precatória	719
	III – Réu citado por outro meio	719
	IV – Prevenção da competência do juízo em que foi protocolada a contestação:	719
	V – Suspensão da audiência de conciliação ou de mediação designada pelo juiz da causa	720
604.	Alegação de abusividade da cláusula de eleição de foro	720
605.	Réplica ou impugnação do autor	720
§ 75. Reconvenção		722
606.	Conceito	722
607.	Contestação reconvenicional: uma inovação do Código de Processo Civil	722
608.	Pressupostos da reconvenção	724
	I – Cabimento da reconvenção	724
	II – Pressupostos específicos da resposta reconvenicional	724
609.	Reconvenção e compensação	726
610.	Procedimento	727

611.	Reconvenção sem contestação	729
612.	Extinção do processo principal	729
§ 76. Revelia e reconhecimento do pedido		730
613.	Revelia	730
614.	Os efeitos da revelia	731
615.	Alteração do pedido	733
616.	Reconhecimento da procedência do pedido	734

CAPÍTULO XXIV – FASE DE SANEAMENTO

§ 77. Providências preliminares		735
617.	Conceito	735
	I – Em caso de revelia	735
	II – Em caso de contestação	735
618.	Réplica do autor	736
619.	Revelia e provas	736
620.	Intervenção do Ministério Público	737
621.	Ação declaratória incidental	737
622.	Outras providências preliminares	737
§ 78. Julgamento conforme o estado do processo		739
623.	Conceito	739
624.	Extinção do processo	739
625.	Julgamento antecipado do mérito	740
626.	Julgamento antecipado parcial do mérito	741
627.	Liquidação e execução da decisão antecipada parcial	743
628.	Procedimento e recurso do julgamento parcial antecipado	744
§ 79. Saneamento e organização do processo		746
629.	Decisão de saneamento	746
630.	Cabimento	747
631.	Conteúdo	747
	631.1. Delimitação consensual das questões de fato e de direito	749
	I – Questões de direito	749
	II – Questões de fato (prova)	750
632.	Direito de esclarecimentos sobre a decisão de saneamento	750
633.	Formas da decisão de saneamento	752

CAPÍTULO XXV – INSTRUÇÃO E DEBATE DA CAUSA

§ 80. Audiência de instrução e julgamento		753
634.	Audiência	753
635.	Características da audiência	753
636.	Atos preparatórios	755
637.	Adiamento da audiência	756
638.	Antecipação de audiência	757
639.	Conciliação	757
640.	Procedimento da conciliação	759

641.	Instrução e julgamento.....	759
642.	Documentação da audiência	760

CAPÍTULO XXVI – FASE PROBATÓRIA

§ 81. A prova	763
643. Conceito	763
644. Direito fundamental à prova	764
645. Características da prova	765
646. Objeto da prova e fatos que dispensam prova.....	766
I – Questões relevantes	768
II – Questões precisas.....	769
647. Finalidade e destinatário da prova.....	769
648. Prova e verdade	770
649. Valoração da prova.....	771
650. Sistema legal da valorização da prova	772
651. O sistema do Código	774
651-A. Aquisição da prova pelo processo.....	776
652. Poder de instrução do juiz	776
653. Iniciativa probatória do juiz e democracia	780
654. Garantismo processual e ativismo judicial	781
§ 82. Ônus da prova	783
655. Ônus da prova	783
656. Ônus da prova: natureza	784
657. Os dois aspectos do ônus da prova	784
658. Sistema legal do ônus da prova	786
659. Conflito de versões sobre o fato constitutivo do direito do autor	787
660. Iniciativa probatória do juiz e ônus legal da prova.....	787
661. Distribuição estática do ônus da prova	788
662. Distribuição dinâmica do ônus da prova.....	789
I – Noções gerais.....	789
II – A distribuição dinâmica do ônus da prova no CPC/2015	791
III – Requisitos.....	792
IV – Aplicação a todos os processos de conhecimento	794
V – Custeio das provas na inversão do respectivo ônus.....	794
663. Justificativa da redistribuição dinâmica do ônus da prova.....	795
664. O emprego da técnica da distribuição dinâmica não é discricionário.....	796
665. Procedimento a observar para alterar o regime legal do ônus probatório	797
666. Teoria do ônus dinâmico da prova e garantismo processual	798
667. Ônus dinâmico da prova e contraditório.....	798
668. A distribuição dinâmica do ônus da prova e as provas difíceis	799
669. Ônus da prova nas ações do consumidor	800
670. Convenção sobre ônus da prova	802
§ 83. Meios de prova	804
671. Meios de prova	804
672. Prova por presunção.....	804

673.	Presunção legal e ficção legal.....	806
674.	Regras de experiência comum e conhecimento privado do juiz.....	807
675.	Procedimento probatório.....	809
676.	Instrução por meio de carta.....	810
677.	Dever de colaboração com a Justiça.....	810
678.	Prova emprestada.....	811
679.	Boa-fé e prova.....	813
§ 84. Da produção antecipada da prova.....		816
680.	Noções introdutórias.....	816
681.	Antecipação de prova.....	816
682.	Cabimento.....	817
	I – Fundado receio de impossibilidade ou dificuldade de verificação de certos fatos.....	817
	II – Desnecessidade de vínculo com processo futuro.....	817
	III – Casuísmo da antecipação de prova.....	818
	IV – Legitimação.....	820
683.	Oportunidade.....	820
684.	Objeto da antecipação de prova.....	820
685.	Competência.....	821
686.	Procedimento.....	821
	I – Justificação.....	822
	II – Arrolamento de bens.....	822
687.	Sentença.....	822
688.	Valoração da prova antecipada.....	823
689.	Eficácia.....	823
690.	Medida <i>inaudita altera parte</i>	824
691.	Despesas processuais.....	824
692.	Destino dos autos.....	824

CAPÍTULO XXVII – MEIOS LEGAIS DE PROVA

§ 85. Ata notarial.....		826
693.	Conceito.....	826
694.	Natureza da ata notarial.....	826
695.	Necessidade de requerimento da parte interessada.....	827
696.	Falsidade da ata.....	827
697.	Exemplos de fatos registráveis em ata notarial.....	827
§ 86. Depoimento pessoal.....		829
698.	Conceito.....	829
699.	Sanção decorrente do ônus de prestar depoimento pessoal.....	829
700.	Legitimação para o depoimento.....	830
701.	Objeto do depoimento pessoal.....	830
702.	Procedimento.....	831
§ 87. Confissão.....		833
703.	Conceito.....	833
704.	Requisitos da confissão.....	834
705.	Classificações.....	834

706.	Efeitos da confissão.....	835
707.	Indivisibilidade da confissão	836
708.	Valor da confissão extrajudicial	836
§ 88. Exibição de documento ou coisa		837
709.	Conceito	837
710.	Oportunidade da medida.....	837
711.	Legitimação e interesse.....	837
712.	Procedimento e efeitos da exibição requerida contra a parte	838
	712.1. Exibição intentada contra cadastro de pontualidade.....	840
713.	Procedimento e consequências da exibição requerida contra terceiro.....	841
§ 89. Prova documental.....		845
714.	Conceito	845
715.	Força probante dos documentos.....	845
716.	Documentos públicos.....	846
717.	Reprodução de documentos públicos	847
718.	Documentos particulares.....	848
719.	Valor probante do documento particular	849
720.	Telegramas, cartas, registros domésticos	850
721.	Livros empresariais	851
722.	Documentos arquivados em meio eletromagnético.....	852
723.	Reprodução de documentos particulares	853
724.	Reproduções mecânicas de coisas ou fatos.....	854
	I – Generalidades.....	854
	II – Fotografias digitais e extraídas da rede mundial de computadores.....	854
	III – Fotografias publicadas em jornal ou revista.....	854
	IV – Impressão de mensagem eletrônica.....	854
	V – Reprodução dos documentos particulares.....	854
	VI – Cópia de documento particular.....	854
725.	Documentos viciados em sua forma	855
726.	Falsidade documental.....	855
727.	Espécies de falsidade.....	856
728.	Ônus da prova	857
729.	A arguição de falsidade	858
730.	Procedimento do incidente de falsidade.....	859
731.	Facultatividade do incidente de falsidade.....	860
732.	Produção da prova documental	860
733.	Desentranhamento de documentos.....	862
§ 90. Documentos eletrônicos.....		864
734.	Noção introdutória	864
735.	Documento eletrônico.....	864
736.	Regime legal.....	864
737.	Documento eletrônico não certificado	865
§ 91. Prova testemunhal		867
738.	Conceito	867

739.	Valor probante das testemunhas	867
740.	Inadmissibilidade da prova testemunhal	868
741.	Direitos e deveres da testemunha	869
	I – Deveres	869
	II – Incapacidade	870
	III – Impedimentos	870
	IV – Suspeições	871
	V – Testemunhas informantes	871
	VI – Deveres principais	871
	VII – Direitos	872
	VIII – Sistema de garantia de direitos da criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência	873
742.	A produção da prova testemunhal.....	873
	I – Requerimento	873
	II – Intimação	874
	III – Audiência	875
	IV – Ouvida fora de audiência	875
	V – Inquirição	876
	VI – Incidentes	877
	§ 92. Prova pericial	879
743.	Conceito	879
744.	Admissibilidade da perícia	880
745.	O perito	881
	I – Escolha do perito pelo juiz	881
	II – Escolha do perito pelas partes	882
	III – Escolha do perito quando o objeto da prova for autenticidade ou falsidade de documento, de autenticidade da letra e da firma ou de natureza médico-legal.....	882
	IV – Participação dos assistentes técnicos na elaboração da perícia	883
	V – Substituição do perito ou de assistente	883
	VI – Suspeição e impedimento do perito	883
746.	O procedimento da prova pericial.....	884
	I – Generalidades.....	884
	II – Nomeação do perito e perícia consensual.....	885
	III – Coleta dos elementos necessários à perícia	885
	IV – O laudo pericial.....	885
	V – O parecer dos assistentes técnicos.....	886
	VI – Prazos	886
	VII – Quesitos suplementares.....	887
	VIII – Perícia a ser realizada fora da comarca	887
	IX – Esclarecimentos do perito.....	887
	X – Perícia extrajudicial.....	888
	XI – Prova técnica simplificada	888
747.	Valor probante da perícia.....	888
748.	Nova perícia.....	889
	§ 93. Inspeção judicial.....	891
749.	Conceito	891
750.	Procedimento	891

CAPÍTULO XXVIII – FASE DECISÓRIA

§ 94. Noções introdutórias	893
751. Conceito de processo	893
752. Conteúdo e finalidade do processo	893
752-A. Vedação ao <i>non liquet</i>	894
§ 95. Sentença (I)	897
753. Definição legal e classificação doutrinária	897
754. Sentença terminativa: extinção do processo sem julgamento do mérito	898
754.1. Indeferimento da inicial	899
754.2. Abandono da causa	899
754.3. Ausência de pressupostos processuais	900
754.4. Perempção	901
754.5. Litispendência e coisa julgada	901
754.6. Condições da ação	902
754.7. Perda do objeto	903
754.8. Convenção de arbitragem	904
754.9. Desistência da ação	905
754.10. Intransmissibilidade da ação	906
754.11. Confusão entre autor e réu	906
755. Efeito da extinção do processo sem julgamento do mérito	906
756. Iniciativa da extinção do processo	907
757. Saneamento do processo, quando o defeito for suprível	907
758. Juízo de retratação	908
§ 96. Sentença (II)	909
759. Extinção do processo com resolução de mérito	909
759.1. Acolhimento ou rejeição do pedido	910
759.2. Prescrição e decadência	911
I – Conceito e distinção	911
II – Prescrição intercorrente	912
759.3. A prescrição e os diversos tipos de ação	912
759.4. Reconhecimento da procedência do pedido pelo réu	914
759.5. Transação	915
759.6. Retratação e rescisão de transação	915
759.7. Renúncia à pretensão	916
760. Natureza da sentença definitiva	917
761. Função da sentença definitiva	919
762. Preferência da sentença definitiva sobre a terminativa (primazia do julgamento de mérito)	920
763. Função da sentença terminativa	920
§ 97. Estrutura e formalidades da sentença	922
764. Conteúdo da sentença	922
765. Relatório	922
766. Motivação	923
766.1. Funções da fundamentação da sentença	929

767.	Dispositivo da sentença.....	929
768.	Condições formais da sentença.....	930
769.	Clareza.....	930
770.	Precisão.....	930
771.	A precisão da sentença no caso de obrigação de pagar quantia certa.....	931
772.	Sentença condenatória ilíquida.....	932
773.	A precisão da sentença que tenha por objeto obrigação de fazer ou não fazer.....	932
774.	Extensão das regras de tutela às obrigações de fazer e não fazer aos deveres de natureza não obrigacional.....	935
775.	Regras especiais de tutela às obrigações de entrega de coisa.....	936
776.	Regra especial de tutela específica às obrigações de declaração de vontade (modalidade de obrigação de fazer).....	937
777.	Regras especiais de tutela das obrigações de quantia certa.....	937
	I – Particularidades da condenação e cumprimento das obrigações por quantia certa....	937
	II – Hipoteca judiciária.....	938
§ 98. Publicação, interpretação e correção da sentença.....		939
778.	Publicação e intimação da sentença.....	939
779.	Efeitos da publicação.....	940
780.	Correção e integração da sentença.....	940
781.	Princípio da demanda e princípio da congruência.....	941
782.	Nulidade da sentença <i>ultra petita</i> , <i>citra petita</i> e <i>extra petita</i>	942
783.	Interpretação da sentença.....	944
§ 99. Classificação das sentenças.....		948
784.	Classificações.....	948
785.	Sentenças declaratórias.....	949
786.	Sentenças condenatórias.....	950
787.	Sentença constitutiva.....	952
788.	Momento de eficácia da sentença.....	952
789.	Multiplicidade de efeitos da sentença.....	953
§ 100. Efeitos da sentença.....		954
790.	Conceito.....	954
791.	Entrega da prestação jurisdicional.....	954
792.	Classificação das sentenças quanto aos efeitos.....	955
793.	Hipoteca judiciária.....	956
794.	Outros efeitos secundários da sentença.....	957
795.	Duplo grau de jurisdição (remessa <i>ex officio</i> ou reexame necessário).....	958
	795.1. Julgamento da remessa necessária.....	960
	795.2. Exclusões da remessa necessária.....	960
§ 101. Coisa julgada.....		962
796.	A conceituação de coisa julgada no Código atual.....	962
797.	Sentença, efeitos e coisa julgada.....	963
798.	Coisa julgada administrativa.....	965
799.	Coisa julgada total e parcial.....	966
	799.1. A possibilidade de suscitação de questões de ordem pública no julgamento do recurso seria obstáculo à formação de coisa julgada parcial?.....	968

800.	Coisa julgada formal e material	970
801.	Terminologia do julgamento de mérito	973
802.	Fundamento da autoridade da coisa julgada	973
803.	Arguição da coisa julgada	974
804.	Dimensões possíveis da exceção de coisa julgada	975
805.	Efeitos positivos e negativos da coisa julgada	975
806.	Preclusão	976
§ 102. Limites da coisa julgada.....		980
807.	Limites objetivos	980
	I – Limites traçados pela lei para a coisa julgada material	980
	II – Noção de ponto e questão como premissa da coisa julgada	980
	III – O conflito como limite objetivo da coisa julgada	981
	IV – Exceção de coisa julgada	982
808.	Motivos da sentença	983
	808.1. Motivo e <i>ratio decidendi</i>	984
	808.2. Revisão do mito de que só o dispositivo da sentença passa em julgado	986
	808.3. Tendência do direito comparado e a posição do atual CPC	988
	808.4. Processo civil espanhol	989
	808.5. Processo civil da Federação Russa	989
	808.6. Processo civil português	990
	808.7. Processo civil italiano	990
	808.8. Tentativa de síntese conclusiva	992
	I – Limitação da coisa julgada pelas questões resolvidas	992
	II – Questão principal: uma última palavra sobre o confronto entre questão principal e questão secundária no plano da coisa julgada	993
	III – Exclusão dos motivos do julgamento (questões secundárias ou incidentais)	995
	808.9. Coisa julgada e revelia	995
809.	Verdade dos fatos	996
810.	Questões prejudiciais	997
811.	Questões implicitamente resolvidas	1000
812.	A eficácia preclusiva da coisa julgada	1002
	812.1. Reflexos diferentes da eficácia preclusiva em face do autor e do réu	1004
813.	Limites subjetivos	1004
814.	Expansão dos limites subjetivos para além das partes do processo	1006
815.	Limites subjetivos da coisa julgada e obrigações solidárias	1007
	I – Credores solidários	1007
	II – Devedores solidários	1008
816.	Coisa julgada nas ações coletivas	1009
817.	Relações jurídicas de trato continuado e outros casos de rejuízos	1011
818.	Limites temporais da coisa julgada	1013
819.	Extensão da coisa julgada ao terceiro adquirente do bem litigioso	1013
820.	Execução forçada e coisa julgada	1015

CAPÍTULO XXIX – TÍTULO JUDICIAL ILÍQUIDO

§ 103. Liquidação da sentença condenatória genérica		1017
821.	Sentença ilíquida	1017

822.	Execução da sentença ilíquida.....	1017
823.	Liquidação de sentença declaratória e de outros títulos judiciais.....	1018
824.	Casos de iliquidez da sentença	1019
825.	Natureza jurídica da liquidação da sentença.....	1019
826.	A liquidação e os honorários advocatícios	1020
827.	Limites da liquidação.....	1022
828.	Contraditório.....	1023
829.	Liquidez parcial da sentença.....	1023
830.	Liquidação por iniciativa do vencido	1024
831.	Recursos	1024
832.	Liquidação frustrada.....	1026

§ 104. Procedimentos da liquidação **1027**

833.	Procedimentos possíveis	1027
834.	Liquidação por cálculo.....	1027
835.	Cálculo com base em dados ainda não juntados aos autos	1028
836.	Memória de cálculo a cargo da parte beneficiária da assistência judiciária.....	1028
837.	Liquidação por arbitramento	1029
838.	Liquidação pelo procedimento comum	1030
839.	A indisponibilidade do rito da liquidação	1031
840.	Rescisão da decisão liquidatória	1032

CAPÍTULO XXX – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

§ 105. Disposições gerais..... **1037**

841.	Introdução.....	1037
842.	Custas e encargos do cumprimento de sentença	1038
843.	Regras gerais disciplinadoras do cumprimento das sentenças	1038
	I – Generalidades.....	1038
	II – Atos executivos	1038
	III – Certeza, liquidez e exigibilidade da obrigação.....	1039
	IV – Iniciativa do credor.....	1039
	V – Intimação do devedor.....	1040
	VI – Títulos executivos judiciais.....	1040
	VII – Competência para o cumprimento da sentença.....	1040
	VIII – Impugnação ao procedimento	1040
	IX – Cumprimento provisório.....	1041
	X – Cumprimento definitivo.....	1041
	XI – Tutela provisória.....	1041
	XII – Observação.....	1041

Bibliografia..... **1043**

Índice dos Fluxogramas..... **1087**